

**17/5/1984**

**Cr\$ 1.200 para cortar uma tonelada de cana**

O bóia-fria começa a trabalhar às três horas da madrugada. É quando acorda a mulher para preparar a comida, uma marmita formada basicamente de arroz, às vezes reforçada por um ovo cozido ou frito. O feijão está desaparecendo do cardápio, substituído por batata ou então por mais arroz.

A partir das cinco horas, nas zonas canavieiras, de café e de citros começa o recrutamento desse enorme contingente de trabalhadores rotulados oficialmente de “volante” e que é marginalizado pelas estatísticas. O agrônomo Carlos Lorena, com base em relatórios recentes da Secretaria da Agricultura, calcula que a massa seja de 300 mil em todo o Estado. No pico das colheitas, entre junho e setembro, chega a 400 mil ou mais.

Há, portanto, uma faixa de aproximadamente cem mil pessoas que ficam desempregadas a maior parte do ano. Os demais fazem rodízio de culturas agrícolas, que inclui até mesmo a coleta de semente de capim, e a colheita de tomate. Uma parcela muito pequena fica empregada na fazenda para os tratos culturais como a capina.

Às seis horas, ou pouco mais, coincidindo com o alvorecer, os bóias-frias já estão no local de serviço, depois de terem sido transportados pelo “turmeiro”, que oferece o emprego e paga a remuneração, em nome do proprietário rural. Há também aqueles contratados temporariamente pelas usinas. O último censo agropecuário que o IBGE publicou, de 1975, estimava em 175 mil o número de bóias-frias contratados diretamente pelos estabelecimentos. Um grupo de pesquisadores da Unicamp (Universidade de Campinas), com base em outras informações do próprio IBGE, acrescentou mais 162 mil, que constitui o contingente ignorado pelo censo e que trabalha por empreitadas.

Às 9 horas da manhã, ocorre a primeira parada de descanso. A essa altura da jornada, o bóia-fria já deve ter cortado pelo menos uma tonelada de cana-de-açúcar, pela qual receber, em média, Cr\$ 1.200. É hora do almoço, e a bóia, que começou a ser preparada às três, certamente está fria. Já existe comercialmente a bóia-quente, um sistema de preservação térmica de todas as marmitas, na própria usina. Mas são exceções.

O trabalho recomeça uma hora depois, para ser interrompido por meia hora, com o sol a pino, para o café. A jornada é encerrada por volta de 17 horas, com o recolhimento das ferramentas, geralmente o “podão” (um facão) no caso do corte de cana ou a “carpa” (enxada) para o café. A colheita de laranja é com as mãos, na maioria dos casos com a ajuda de crianças de quatro a 12 anos, que ficam no chão reunindo os frutos que escapam da caixa, enquanto a mãe, o pai ou o irmão mais velho sobem a escada para alcançar galhos maiores.

Nas plantações de cana, os menores são usados para ajudar no empilhamento da cana. Desde o começo do ano passado, a presença das crianças tornou-se mais importante para assegurar ao trabalhador o mesmo rendimento anterior. É que eles ajudam a completar o corte simultâneo de sete ruas — e não mais cinco — sistema que está gerando protestos dos sindicatos rurais de todo o Interior.

Para o usineiro, o corte pelo sistema de sete ruas tem a vantagem operacional de reduzir o movimento dos caminhões nas lavouras, economizando combustível. Além de compactar o solo em menor intensidade. Os bóias-frias reclamam que agora fazem maior esforço físico e que os adicionais concedidos para compensar esta desvantagem são insuficientes para que garantam o mesmo rendimento.

A região de Ribeirão Preto, onde a cana mais se expandiu em todo o Estado, após o Proálcool, abriga cerca de um terço dos bóias-frias paulistas. Mas não é a área de maior desemprego, segundo técnicos da Cati, com exceção de municípios como Guariba, onde ocorreram os incidentes de anteontem, que tiveram suas terras completamente invadidas pela cana. Com a monocultura, as chances de emprego no período fora de colheita diminuem e o bóia-fria é obrigado a migrar, em busca de alternativas.

Nos últimos dois anos, com a recessão econômica, ele está enfrentando a concorrência de trabalhadores urbanos, como metalúrgicos e operários da construção civil, que fazem bicos na lavoura em períodos de férias ou enquanto aguardam novo emprego.

Para a socióloga Vera Lúcia da Silva Rodrigues, o maior problema do bóia-fria “é a sazonalidade no trabalho, principalmente porque com a crise não há alternativas no setor urbano, onde moram”. Ela destaca que esse tipo de trabalhador rural tem a desvantagem de morar na cidade, com todos os custos que isso representa (moradia, alimentação, energia), ao contrário daqueles que eram fixados nas fazendas e que gozavam do fornecimento de lenha, comida e habitação.

O termo “bóia-fria” começou a ser empregado na região de Piracicaba nos anos 40, mas a figura tornou-se um componente expressivo na economia rural a partir dos anos 60, quando intensificou-se a mecanização, forçando o êxodo dos lavouros. A colheita é a única operação em que a mecanização é considerada inviável para determinadas culturas — daí o emprego de grande quantidade de pessoas para essa tarefa, mas por tempo limitado.

Em graus diferentes, a tensão é grande nos núcleos de bóias-frias do Estado. O conflito de Guariba não foi único, nem isolado. Na noite do dia 23 do mês passado, houve o precedente de Mococa, quando cerca de 200 a 300 adolescentes depredaram as instalações da Sabesp, em protesto ao aumento das contas de água. As cenas também foram graves: quebrando manilhas, o grupo de bóias-frias atirou cacos na vidraça do escritório, que foi invadido, apesar da presença de policiais. Papéis foram atirados na calçada, móveis tombados, uma kombi incendiada e um soldado ferido com uma pedra.

Wilson Marini

**(Página 9)**